



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 17/05/2012 às 17h

Valéria / Mat. 46957

CONGRESSO NACIONAL

MPV 570

00041

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|-----------------------------|---|------------------|----------------|------------------------|
| data | Proposição Medida Provisória nº 570/2012 | | | |
| Autor Dep. Arnaldo Jordy | | nº do prontuário | | |
| 1. Supressiva | 2. Substitutiva | 3. Modificativa | 4. (x) Aditiva | 5. Substitutivo global |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se aonde couber na Medida Provisória 570, de 2012, novo artigo com a seguinte redação:

“Art. A União, o Distrito Federal, Estados e Municípios deverão preferencialmente, a partir do primeiro ano de vigência desta Lei, desenvolver estratégias para estimular a utilização de indicadores de qualidade como instrumento de autoavaliação das instituições de educação infantil públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público. (NR)”.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, o debate em torno da qualidade na educação ganhou consistência a partir de um importante instrumento legal: a Constituição Federal de 1988, ao inscrever o princípio da garantia de padrão de qualidade do ensino no seu artigo 206, no qual se afirmam os princípios sob os quais o ensino deve ser ministrado, como é o caso do contido no inciso VII, que trata da garantia de um padrão de qualidade. Este princípio foi reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei. Nº 9.394/96), que instituiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, atribuindo-lhe como finalidade, conforme disposto no Art. 29 “o desenvolvimento integral da criança de até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Nesse sentido, por entendermos que a qualidade da educação é um fenômeno complexo e abrangente, e que, por isso, não pode ser pensada exclusivamente em função do que é oferecido em cada escola, pois depende também do apoio e da orientação oferecidos pelo poder público é que apresentamos essa emenda.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA

